

25º Congresso do CDS-PP

Moção de Estratégia Global

Subscritores:

Filipe Anacoreta Correia
Pedro Pestana Bastos
Abel Matos Santos
Alexandre Lucena e Vale
Ana Paula Ferradosa
Bernardo Campos Pereira
Carlos Amaral Netto
Carlos Gagliardini Graça
Carlos Pinto Machado
Carlota Távora
Diogo Barata
Diogo Vaz Marecos
Domingos de Sousa Coutinho
Duarte Correia
Filipe Matias Santos
Francisco Lobão
Francisco Simões
Francisco Pimentel

Gonçalo Delicado
Gonçalo Moita
João Lobo Machado
João Monge Gouveia
João Távora
João Von Haffe Fernandes
John Antunes
Jorge Leal Barreto
José Gonçalves Roberto
José Graça
Luis Russo Pistola
Luis Almada
Luis M Gagliardini Graça
Marco Moreira
Miguel Alvim
Nuno Costa
Nuno Lobo
Pedro Afonso

Pedro Barros Ferreira
Rui Gonçalves
Pedro Bazaliza
Pedro de Antas Martins
Pedro Melo
Rafael Pinto Borges
Raquel Macedo
Ricardo Caldeira Morais
Rui Castro
Samuel da Paiva Pires
Sérgio Antunes
Simão Castro Saraiva
Tiago Pestana Vasconcelos
Victor Pires da Graça
Victor Tavares Morais
Entre outros

Ao serviço de Portugal

A necessidade de adiar o XXV Congresso decorrente da crise política de Julho do ano passado determinou que este passasse a ser o Congresso celebrativo dos 40 anos do CDS.

1974-2014, 40 anos de história que nos remetem para o impulso fundador e dos fundadores, mas também para o impulso e os impulsos que souberam em cada momento preparar a mudança que se impunha para Portugal. Marcada por grandes personalidades, com grandes turbulências, grandes embates, da história do partido uma coisa resulta com particular nitidez: o CDS sempre teve a capacidade de se repensar e de permanecer para além de cada um.

O situacionismo não é a nossa marca. Nunca tememos a mudança e relembrar os 40 anos de história é renovar o compromisso, entre nós e diante dos eleitores: queremos estar ao serviço de Portugal, o país que amamos e desejamos para os nossos filhos.

Celebrar, pois, 40 anos de história é afirmar a nossa capacidade crítica e aspirar a um impulso revigorado, sem temer as rupturas necessárias, aliar lealdade e abertura para novos futuros que se antecipam.

Os subscritores da moção mantêm *ipsis verbis* o seu documento apresentado em Junho, deste modo demonstrando que a força e consistência das suas propostas, ao contrário de outras, passaram também no crivo do tempo.

Na moção agora designada “Ao serviço de Portugal”, além da remissão histórica limitar-nos-emos, pois, a sublinhar propostas nas áreas em que nos parece que o CDS tem estado mais aquém. Donde decorre que em muitas áreas – muitas delas essenciais – o nosso entendimento é que o CDS-PP tem estado bem ou melhor do que antes.

Destacamos o papel difícil, corajoso e nalguns casos, positivo, que os representantes do CDS têm tido no Governo. Este é um Governo cujo papel tem sido um dos mais difíceis desde o 25 de Abril e a participação corajosa do CDS nele deve ser destacada e saudada, nomeadamente verificando-se após a crise de Julho uma maior coesão e uma solidariedade mesmo com as medidas social e politicamente mais difíceis.

Em segundo lugar, concordamos que a prioridade para que o CDS deve contribuir activamente deve ser a saída completa do programa de assistência.

Agora que se multiplicam os sinais de que podemos reunir as condições para essa saída ser alcançável, melhor percebemos como teria sido imperdoável não o conseguir por demissão das nossas responsabilidades. Como sempre afirmámos, está aqui em causa uma prioridade de interesse nacional, a que devem ser sacrificados interesses partidários ou outros.

Não obstante, continua a esperar-se mais do CDS, até porque o relógio não vai parar e há mais vida para além da troika. E é com espírito de inconformismo e de serviço que queremos ver reforçadas algumas preocupações que temos repetidamente apresentado:

Propostas a reter:

1. Justiça social e demografia:

- Definitivamente a Demografia tem de estar no topo da agenda política (exp.: critério de sustentabilidade da segurança social: bonificação correspondente a anos de trabalho para quem tem mais filhos);
- Sustentabilidade familiar é garantia de sustentabilidade do sistema (exp.: apoio fiscal equivalente a metade dos custos públicos com um lar de terceira idade à família que passe a acolher os seus ascendentes idosos);
- Maior consistência e mobilização na agenda civilizacional (exp.: revisão da regulamentação da Lei do Aborto e atitude pro-activa diante da agenda de esquerda fracturante com um partido mobilizado e a uma só voz).

2. Mais ambição na reforma do Estado:

- diminuição significativa de municípios (exp.: de 308 para 150) – esperamos do CDS que não se limite a elencar objectivos, mas que avance com critérios e calendário concretos;
- reforço de propostas para a extinção e fusão de entidades administrativas designadamente da estrutura das CCDR que mais do que factores de descentralização e de desenvolvimento regional se tornaram realidades burocráticas para clientelas partidárias.
- ao nível do sistema de pensões, transferência gradual para um sistema de capitalização - ética intergeracional e da sustentabilidade deve rever medidas que questionam capacidade da população activa e da economia em prover às necessidades presentes e futuras.

3. Mais transparência e qualidade democrática:

- Reforma do sistema político: Diminuição do número de deputados com reforço de proporcionalidade através de um círculo nacional de compensação. Aproximação entre eleitos e eleitores e responsabilização dos partidos através de cadeiras vazias para votos em branco, no que se refere aos deputados a eleger no círculo de compensação;
- Publicação no site do Partido de todos os filiados e respectivos CVs que são colocados em nomeações políticas, para demonstrar que o CDS quando coloca os seus escolhe sobretudo pelo seu mérito profissional e técnico e não apenas por confiança política.

4. Pactos supra-partidários

Aposta no aprofundamento de plataformas de entendimento intra e supra partidárias para implementação de medidas que servem o País, princípio de “partir do mais fácil e menos ideológico”

- Orçamento base zero e orçamentos plurianuais;
- estabilização do número e orgânica dos ministérios;
- política fiscal;
- Justiça e Educação e
- Revisão do contrato social em matérias de revogação ou retrospectividade de direitos”.

5. Europa

Assistimos ao desenrolar de um processo muito importante no projecto europeu: por exemplo, a supervisão dos bancos nacionais vai passar para o BCE em 2014. E ao mesmo tempo que se centralizam poderes em Bruxelas ou Frankfurt, continuamos sem ver reforços de legitimidade democrática das instituições europeias e, sobretudo, sem ver passos relevantes no sentido de uma solidariedade mais firme no seio da UE. Que sentido faz continuar esta centralização, se feita a favor de alguém que não parece ter sempre em conta os interesses de quem lhe cede poderes?

Há um equilíbrio e uma corresponsabilidade que deveriam estar ligados a esta transferência de poderes e que claramente estão a faltar. O futuro do projecto europeu é exigente mas dele não nos demitimos. Mais que jurar-lhe fidelidade, é necessário relançá-lo; mais que louvar-lhe as virtudes, importa corrigir-lhe os defeitos. Isso, contudo, não se alcança reiterando os erros cometidos: se a principal deficiência da Europa é a centralização de poderes, a opacidade democrática e a obsessão regulatória, o sonho europeu só poderá ser vindicado quando a União compreender que tem de mudar de rumo.

O país e o CDS também não têm feito uma discussão, e ela deveria se feita, sobre que lado na UE é o que nos é mais favorável: se o lado continental da Alemanha e França, se o lado atlântico da Inglaterra. São claramente visões e tendências divergentes na UE e o CDS deve analisar friamente qual se apresenta como mais vantajoso para si e para a sua visão do projecto comunitário.

O CDS sempre soube ter um discurso europeu diferenciado, que se opõe frontalmente aos abusos de uma regulamentação comunitária que rouba

competitividade às nações europeias e fere os interesses de consumidores e empresas.

Importa, pois, como dissemos em Junho e repetimos, que o CDS afirme uma candidatura autónoma ao Parlamento europeu, que reafirme a sua identidade e posicionamentos próprios e dê força e visibilidade a quem dentro do Partido saberá encabeçar este desafio eleitoral.

Esta opção, em nosso entender, longe de fragilizar a coesão governativa, iria reforçá-la, como de resto o comprova o recente processo autárquico.

6. Calendário futuro: Congresso ou referendo em 2015

Os estatutos do Partido determinam que o Congresso reúne ordinariamente de dois em dois anos. Assim, o calendário determinaria que o próximo congresso apenas deveria ter lugar em 2016, após as eleições legislativas e as eleições presidenciais (para além das eleições regionais da Madeira).

Sucede que todos sabemos que o actual Congresso deveria ter reunido em Março de 2013, o que não aconteceu por invocação do interesse nacional. Por outro lado, a esta distância, todos reconhecemos que não estamos em condições de definir uma estratégia eleitoral para todos aqueles importantes actos eleitorais.

Importa que não se aproveite a disponibilidade dos militantes para a realização deste Congresso em Janeiro de 2014 para evitar o apuramento das responsabilidades que é devido no final de um ciclo governativo e à partilha de responsabilidade na definição do quadro eleitoral seguinte.

Por essa razão, entendemos que o presente Congresso deve desde já definir e vincular o Conselho Nacional a convocar novo Congresso no final da presente legislatura e antes do início do processo de convocação de eleições legislativas.

Defendemos ainda que qualquer eventual acordo de coligação deve, sempre, estar dependente da existência de um programa comum de governo que deverá, em qualquer caso, ser aprovado em Congresso ou, em alternativa, sujeito a referendo interno, à semelhança do que vimos ainda recentemente ocorrer na Alemanha.

Conclusão: Um sinal de abertura interna

Muito se tem falado nalgumas reuniões no Partido de divisionismo. De cada vez que surge a perspectiva de alguma pluralidade lá se invocam os fantasmas do costume como se discordar não fosse uma obrigação responsável de quem aspira a mais e não se satisfaz senão com o melhor de nós próprios. O Partido não é de ninguém em particular e também não é de nenhum grupo que num determinado momento tem a responsabilidade de o conduzir. Não confundamos unidade com uniformidade. A abertura e a união é qualquer coisa que não se apregoa, mas pratica-se, não se reclama mas concretiza-se.

Poucos seremos para os desafios que temos pela frente. Abrir e incluir não passa por distribuir lugares e conquistar complicitades mas sobretudo por considerar as propostas que nos chegam, venham donde vierem, porque o nosso desígnio não pode ser senão o interesse nacional.

Só assim se cumprirá o desígnio da nossa história destes 40 anos:

Um Partido ao serviço de Portugal.



AO SERVIÇO
DE PORTUGAL
MOÇÃO



ÍNDICE

1. Encontrar o País
2. Avaliação do CDS no Governo
3. Mais e Melhor Partido
4. Prioridades para o futuro:
 - 4.1 Demografia
 - 4.2 Economia
 - 4.3 Justiça social e solidariedade intergeracional
 - 4.4 Os consensos de regime
5. Uma Europa mais forte e solidária
6. Aquilo que só depende de nós

1. Encontrar o País

O Partido vai reunir-se de novo em Congresso, assinalando-se o número correspondente às bodas de prata. Por 25 vezes se reuniram os militantes do Partido em Congresso e a história dessas reuniões é também a História da Democracia.

É sempre bom lembrar que a primeira reunião, no Palácio de Cristal, no Porto, decorreu com forte condicionamento e num ambiente de grande hostilidade e perseguição política. O CDS nasceu da coragem e afirmou-se na liberdade.

Ontem como hoje, só faz sentido estar e ser se isso servir os valores em que acreditamos. Ontem como hoje, só com generosidade e patriotismo ganha sentido a nossa entrega. Ontem como hoje, só com autenticidade verdadeira, mesmo que incómoda, vale a pena tomar partido e servir Portugal.

Por isso, o 25º Congresso deve assumir a sua responsabilidade histórica como local por excelência de encontro com a realidade do País, dos eleitores e dos militantes. Tem de ser um espaço de abertura para ouvir, avaliar e discutir conjuntamente.

Não pode ser um exercício qualquer de saudosismo, carreirismo ou seguidismo amorfo.

No tempo em que vivemos, **os Portugueses já pouco esperam de nós e, se não demonstrarmos capacidade real de os considerarmos em primeiro lugar em tudo o que fazemos, será vão o nosso esforço** e ineficiente a nossa acção política.

Um impulso revigorado e orientado para o futuro, à altura das exigências do tempo actual, só será possível com total liberdade e sem medo de desafiar quem quer que seja. Porque o CDS nunca teve medo e sempre soube da força daquilo em que acredita.

Por isso, a moção “CDS Mais à frente” apresenta-se ao Congresso com total empenho e forte sentido de responsabilidade, com economia de palavras e centrada naquilo que considera primordial: a afirmação de políticas que devolvam a Portugal a liberdade e a soberania e combatam o flagelo social e económico em que nos encontramos.

2. Avaliação do último mandato e da passagem pelo Governo

Sem um confronto primeiro com a realidade que fomos, não poderemos apresentar-nos aos portugueses. Por isso, importa fazer o balanço entre aquilo que nos propusemos e aquilo que fizemos e que os portugueses reconhecem em nós.

Neste âmbito, impõe-se reconhecer desde logo que este é um tempo difícil para assumir funções governativas. As medidas impopulares, mesmo quando necessárias, serão sempre mal acolhidas. Os actos eleitorais em toda a Europa confirmam-nos que há uma tendência fortemente penalizadora dos Partidos que exercem o poder.

Foi, por isso, com coragem que o CDS soube fazer parte da solução, mais do que do problema. O Partido viabilizou uma solução governativa e de um modo geral contribuiu para evitar que à crise económica e financeira se juntasse uma crise política que agravaria a situação da Pátria.

No último Congresso, em Viseu, houve entre nós quem alertasse que, se não estávamos certos da possibilidade de surgimento de um projecto político forte e coeso em coligação, melhor seria que viabilizássemos uma solução de estabilidade política de âmbito parlamentar. Mas o Partido trilhou outro caminho, quis assumir funções governativas, e deve assumir a responsabilidade dessa opção que tomou.

Para além disso, deve reconhecer-se que, em muitas matérias, o CDS distinguiu-se pela positiva. Num tempo em que se acentuou a subordinação da Política às Finanças existem, apesar de tudo, exemplos de uma boa governação, diferenciadora, do nosso Partido.

Não obstante, é forçoso reconhecer-se que o CDS representou uma enorme desilusão para um grande número de militantes e de eleitores. De Partido do Contribuinte passámos a confiscadores de serviço. Anunciámos que o Estado tinha muito onde cortar, mas assumidas funções governativas, não o soubemos concretizar. Prometemos um “orçamento CDS” e continuamos incapazes de o elaborar. Acenámos com “o orçamento base zero”, e ficámos a zero nessa matéria. Prometemos sentido institucional e deixámo-nos enredar em contradições com o nosso parceiro de coligação. Renunciámos a qualquer iniciativa na agenda civilizacional e quando confrontados com iniciativas de outros partidos, quebrámos com a tradição de falar a uma só voz, que é a dos nossos valores matriciais, sem que isso tenha sido precedido de qualquer debate. Dissemos que íamos promover a descolonização partidária do Estado, mas reproduzimos o modelo dos outros nas colocações políticas.

Para muitos, o CDS é hoje apenas mais um igual aos outros, que promete e não cumpre. Que quebra a confiança com o seu eleitorado.

Esta percepção é grave e deve merecer a nossa atenção. Sem verdade não seremos capazes de contrariar a espiral recessiva da desconfiança.

Por isso e antes do mais, **impõe-se que o CDS comece por reconhecer que espera mais de si próprio.** Nalguns casos teremos faltado à verdade, noutros teremos evidenciado impreparação. É preciso reconhecer que podíamos e queremos estar melhor.

De olhos postos no futuro, consideramos que o modelo de credibilização passa pela qualificação da implantação local e pelo aprofundamento do debate qualificado e técnico: quem, no dia a dia, tem de dar a cara diante dos eleitores, quem tem de dar respostas para os problemas concretos das populações é que sustenta e credibiliza o nosso trabalho. E é nessa capacidade real de corresponder aquilo que de nós é esperado, com menos ilusionismo mediático e com mais substância, com maior capacidade de compromisso com caminhos que protagonizamos, que conquistaremos o lugar maior que nos cabe e que o Partido merece.

3. Mais e Melhor Partido

Os Partidos integram hoje uma realidade diante da qual cada vez mais um maior número de eleitores se distancia. Para lá do que se possa desejar, é preciso reconhecer que o CDS não está imune a este movimento.

Vezes de mais dissemos uma coisa e fizemos outra. Afirmámos em palavras a nossa proximidade e abertura diante dos eleitores, mas tememos os que se aproximam e não integramos aqueles que adoptam uma postura mais autónoma. Afirmamos uma coisa num dia para logo a seguir a alterar. Numa altura historicamente trágica do nosso País, aprofundámos uma excessiva desinstitucionalização da vida interna do Partido. A Comissão Política Nacional, o órgão de direcção política do Partido, reuniu menos vezes que o Conselho Nacional e nunca reuniu com o Grupo Parlamentar. A Secretaria Geral adoptou medidas que estatutariamente não lhe cabem, que pertencem a órgãos colegiais. O Presidente do Partido demonstrou falta de empenho em discutir e aprofundar temas inadiáveis, como o da Reforma do Estado.

No processo autárquico em curso, assistiu-se aqui e ali a opções previamente tomadas e anunciadas, antes mesmo de os órgãos competentes e de os militantes terem a oportunidade de se pronunciarem. As votações tornaram-se muitas vezes processos de mero formalismo para legitimar quem não quis envolver mais ninguém no seu processo de decisão.

Há apenas uns meses afirmávamos que este momento eleitoral autárquico seria uma grande oportunidade para o Partido afirmar candidaturas autónomas. Há apenas uns meses fazíamos passar mensagens contra a candidatura de “dinossauros” noutras autarquias. No entanto, não hesitámos em esquecer tudo isso, por exemplo em Lisboa ou em Aveiro, apenas porque pragmaticamente passámos a entender que era mais conveniente eleitoralmente. Como se ter votos fosse mais importante do que ter razão.

Também nas questões fracturantes ou civilizacionais (por exemplo, no casamento e adopção por dois homens ou duas mulheres) o Partido introduziu um posicionamento diferente – deixar de falar a uma só voz sobre estas matérias -, sem qualquer debate prévio, sem que os militantes tenham tido a oportunidade de debater entre si, de modo livre e esclarecido e sem manipulações. Vários militantes percebem uma atitude mais ambígua, envergonhada e muito pouco convicta nestas matérias. Muitos desconfiam que o Partido se serve destas questões, porque lhe convém, sem que as queira servir verdadeiramente. E abre-se um sério problema de representatividade no País, pois uma parte muito numerosa do eleitorado não se sente efectivamente representada, senão por quem oportunisticamente afirma representar o que não sente como seu nem como importante para o País.



É preciso mudar e demonstrar que é possível uma outra atitude política. É preciso dizer basta! É preciso dizer que queremos mais e melhor.

Só com uma afirmação livre e autónoma dos militantes, contra ninguém mas a favor do Partido, é possível aspirar a mais.

4. Prioridades para o futuro

O País vive hoje uma situação de enorme desafio, o maior desafio da sua história democrática.

Depois de anos ilusórios em torno da integração do Euro, na primeira linha da construção europeia, sem nunca verdadeiramente internalizar as consequências, em matéria de disciplina financeira e reformas económicas capazes de promover a competitividade numa moeda forte, a crise veio expor a inconsistência e cobrar a factura.

O CDS assumiu a responsabilidade histórica de governar em circunstâncias que não escolheu, provocadas por políticas que não preconizou.

Um País cujo Estado depende de outros Estados para sobreviver é um País cuja liberdade fundamental está gravemente cerceada. Neste contexto, recuperar a capacidade de financiamento é recuperar a liberdade que é uma condição efectiva fundamental de todas as outras liberdades políticas.

Isto quer dizer muito concretamente que temos de concluir o Programa de Assistência Económico-Financeira e, depois dele, temos de afirmar um rumo que aprofunde a superação dos problemas reais e dos desequilíbrios crónicos de que padecemos. Não vale a pena semear ilusões, pois, como se vê pela Europa, esse caminho só colhe tempestades.

Os desafios que Portugal enfrenta são, pois, de urgência e não há tempo a perder. Não importa determo-nos no passado ou em questões internas mais do que o estritamente imprescindível.

Pelo contrário, olhemos para o futuro e centremo-nos naquilo de que Portugal necessita.

E aquilo que mais necessita, desde logo, é da capacidade de estabelecer prioridades. Quando necessitamos de tudo, e de tudo “para já”, é muito frequente perdermos a capacidade de definição de hierarquias. Ora, essa incapacidade representa a primeira derrota da política e a ameaça maior à nossa viabilidade e autonomia.

Por isso, propomos um olhar de algum distanciamento e a coragem de definição das principais prioridades para o nosso futuro.

Tais prioridades pressupõem que no curto-médio prazo continuaremos impelidos a um maior equilíbrio orçamental. Tal realidade é por nós assumida e não merece, pois, nem vã contestação nem um capítulo autónomo. Trata-se da condição próxima de todas as políticas. E é com isso que temos de viver, faça chuva ou faça sol.



Tal facto, porém, não nos pode impedir **de estabelecer um rumo, que aponte metas e hierarquize prioridades.**

4.1 Demografia

De qualquer prisma por onde olhemos a crise – financeiro, económico ou social – a inversão da pirâmide demográfica nas últimas décadas surge como um grave problema, como ameaça primordial sobre o nosso futuro colectivo. Trata-se de uma tendência comum a muitos países desenvolvidos, mas que entre nós tem expressão ainda mais grave.

Não interessa já voltar aos números, pois a realidade é de todos conhecida.

É preciso, pois, combater a indiferença nesta matéria e a apatia política. Não interessa também esconder o sol com a peneira com a exibição de medidas avulsas para eleitor ver. Hoje este desígnio é uma obrigação de resultados e não de meios. E nunca como hoje estivemos tão mal em termos demográficos.

O Partido desenvolveu há pouco tempo um trabalho, com a participação de diversos dos actuais membros do Governo, encontrando-se por implementar a maioria das medidas propostas. Será isto compreensível?

Centrados que estamos nas metas de curto prazo, do cumprimento das obrigações externas, esquecemos aquela que deve ser uma das prioridades nacionais. E é importante realçar que a maior parte dos casais declara desejar ter mais filhos do que os que tem. Cabe, pois, ao Estado desenvolver políticas públicas que procurem inverter esta situação.

Só com um choque de natalidade teremos viabilidade a prazo como País sustentável. Só com um choque de crescimento demográfico, poderemos contrariar os fundamentos da crise. Só com uma total inversão da queda da fertilidade registada nos últimos anos poderemos alcançar qualquer futuro como Nação.

Por isso, propomos que esta matéria seja objecto de um esforço supra-partidário, mas que, à falta de outros, seja conduzido, no dinamismo e na agenda política, pelo CDS.

Quando tanto se fala da insustentabilidade da Segurança Social, impõe-se que o CDS afirme que tal sustentabilidade não se alcança apenas com cortes sobre as reformas, mas primordialmente com uma efectiva renovação geracional.

Para o efeito, importa dotar esta agenda de um **pacote financeiro** ambicioso e que deveria comparar-se com aquilo que o País paga com os juros da dívida soberana: um legado compensatório que deixaríamos para o futuro.

É preciso ter presente que os incentivos à natalidade garantem àqueles que hoje pagam impostos a possibilidade de um dia continuarem a beneficiar de um Estado social.

É certo que a inversão da curva demográfica não depende apenas de medidas financeiras. Para isso muito contribuirá, desde logo, a confiança no futuro, mesmo que incerto, um modelo social e económico que permita o reforço do papel da família, mesmo que com alguma privação, a afirmação de valores e convicções alicerçados no dom da vida, mesmo que imprevisista.

Mas como em tudo na vida, o corpo também ocupa espaço e o Estado deve promover condições e incentivos à inversão do suicídio colectivo em que nos encontramos.

Neste âmbito propomos as seguintes medidas exemplificativas:

- i) factor de sustentabilidade positivo na fixação da pensão de reforma que atribua uma **bonificação correspondente a anos de trabalho**, a quem tenha e sustente 3 filhos ou mais - quem tem mais filhos é quem mais contribui para a sustentabilidade da segurança social, devendo poder reformar-se mais cedo;
- ii) **crédito fiscal relevante** por filhos durante os primeiros anos de vida, para comparticipação de despesas de educação, saúde ou alimentação, e eventualmente deduções à colecta mais do que proporcionais para os 3.º filho e seguintes;
- iii) majoração fiscal dos gastos que as empresas tenham com soluções que contribuam para o bem-estar das mães (creches, por exemplo);
- iv) adopção de **medidas transversais** na área da saúde (taxas moderadoras), educação (propinas) e fiscais para protecção da família;
- v) promoção de maiores incentivos para **o trabalho a tempo parcial**;

4.2 Economia

A economia portuguesa está fortemente fragilizada, a um ponto que coloca em risco a nossa sobrevivência enquanto País independente e auto-sustentável.

Na verdade, o facto de não crescermos coloca em risco o cumprimento das nossas obrigações externas, mas também o nível de despesa interna a que nos habituámos.

A percepção desse risco gera desconfiança, que por sua vez aprofunda o declínio da economia.

Por outro lado, num País com índices de pobreza elevados, a ameaça sobre a sustentabilidade do Estado expõe à maior vulnerabilidade o nosso tecido social e, a prazo, pode representar uma verdadeira ameaça à paz e à estabilidade política. Um País ingovernável, com medidas desconexas e imprevisíveis, afasta investidores e condiciona fortemente a possibilidade de inversão que neste momento é necessária.

Por isso, é tão crucial a capacidade de suscitar uma agenda focada no crescimento económico.

Importa sublinhar que o CDS sempre soube que a economia e as políticas sociais andam de mãos dadas, sempre sustentámos o modelo da economia social de mercado.

Sucedem que no contexto actual de forte condicionamento de acesso aos mercados, o Estado está em grande parte impedido de contribuir para o esforço de investimento.

Impõe-se, pois, a persistência de medidas que determinem o corte em despesa não produtiva, para que o Estado não fique totalmente inibido de contribuir para o esforço de investimento que é necessário.

Para além disso, o Estado deve essencialmente criar condições amigas do investimento, eliminando custos de contexto e promovendo incentivos à captação de capital financeiro.

O caminho que apontamos passa, entre outras, pelas seguintes medidas:

- i) **Pagamento imediato aos fornecedores do Estado.** O valor em causa pode ser pago com recurso ao fundo que a troika concedeu para a capitalização da banca e que não foi utilizado na íntegra. O Estado pode e deve dar esse exemplo de “pessoa de bem”, fomentando a economia interna e a moralização da Administração Pública;
- ii) **Diminuição forte e enérgica do IRC** – Trata-se de uma medida já anunciada mas que tarda a ver a luz do dia;

- iii) **Renegociação dos prazos de pagamento e dos juros da dívida para atingir níveis sustentáveis de cumprimento, procurando indexação destes com crescimento do PIB;**
- iv) **Atribuição de vantagens comerciais aos investidores de dívida pública, de modo a criar uma ligação de interdependência e duplo benefício entre dívida e economia;**
- v) **Aproveitamento fiscal (em sede de IRC) sobre uma parte das receitas fiscais (de IRS) em virtude da contratação de novos trabalhadores** (desde que não houvesse diminuição líquida da força de trabalho);
- vi) Incentivar a **distribuição de resultados das empresas à generalidade dos trabalhadores**, tomando-os como "parceiros" dos empresários e encorajando a participação nos resultados.

4.3 Justiça social e solidariedade intergeracional

As fortes restrições financeiras têm comportado e continuarão a exigir cortes no orçamento da Segurança Social, o qual representa a maior componente da despesa pública e aquela que mais tem crescido nos últimos dez anos.

Ora, ninguém compreende que tais cortes ocorram sem **esgotar outros modos de poupança**. Há que reconhecer que o Governo tem sabido cortar de modo relevante nas chamadas gorduras do Estado. Mas todos nós sabemos que ainda há muito mais a fazer. Mais do que nunca, hoje tem de haver um empenho exaustivo noutras possibilidades de contenção orçamental, mesmo quando os correspondentes ganhos sejam apenas simbólicos.

Por outro lado, o envelhecimento da população diz-nos da importância de preservação de condições mínimas de dignidade, devendo, sempre que possível, incentivar-se o apoio de âmbito familiar.

Mas a **solidariedade intergeracional não é hoje de sentido único**. Pelo contrário, assistimos a um sistema que, nos direitos da segurança social ou na legislação laboral, preserva os que entraram antes no sistema e penaliza fortemente os mais novos. Esta duplicidade ganha contornos insuportáveis: não obstante terem menos estabilidade e garantias, menos acesso a mercado do trabalho, suportam mais para aquilo que sabem que dificilmente beneficiarão.

É preciso, pois, um discurso político que inaugure a invocação do princípio da solidariedade intergeracional a favor dos mais novos e dos que entraram no sistema mais tarde.

Finalmente e por outro lado, não é demais sublinhar que estes são tempos de extrema exigência para muitos de nós, que experimentam patamares de pobreza que nunca pensaram ser possíveis. O desemprego atingiu níveis inaceitáveis e não é possível tranquilizarmo-nos sabendo que há portugueses a passar fome. É preciso, pois, reforçar redes de solidariedade, públicas ou privadas, e afirmar políticas que direccionem os impostos para salvaguardar, até ao limite das nossas forças, níveis mínimos de dignidade.

No seguimento destas linhas propomos:

- i) **Apoio fiscal equivalente a metade dos custos públicos com um lar de terceira idade à família que passe a acolher idosos**, desde que haja reais condições de saúde e higiene;
- ii) **Reforço da renegociação das parcerias público privadas**, incluindo no sector energético, sobretudo as de longo-prazo e de baixo risco, com garantia do

Estado, para o pagamento de uma contribuição solidária visando a redução para metade das rendas;

- iii) **Corte nas subvenções políticas;**
- iv) Salva guarda das pensões que tenham correspondência com a carreira contributiva – **o Estado não tem o direito de tirar às pessoas aquilo que elas contribuíram ao longo da vida;**
- v) Sempre que as **pensões sejam superiores à carreira contributiva**, de acordo com cálculos actuariais, **deve pugnar-se pelo seu ajustamento, salvaguardando prazos razoáveis para uma harmonização plena** (por exp. 5 anos);
- vi) Aquilo que não tiver reflexo nas carreiras contributivas e que se entenda dever ser assegurado, por razões de **política social (como sucede com as pensões mais baixas)**, **deve ser suportado pelos impostos** e não com os montantes dos pensionistas.

4.4 Os consensos de regime

Portugal enfrenta a maior crise das últimas décadas. Quando confrontado com uma crise semelhante, no final do sec. XIX demorámos mais de 30 anos para a superar. E pelo caminho perdemos democracia e liberdade.

Para que a história não se repita é necessária uma capacidade muito grande de unir e concertar.

Para lá das divergências ideológicas, **há muitas matérias que podem ser consensualizadas**, desde que haja abertura e sentido de responsabilidade.

O nível de compromisso exigido vai muito para além dos partidos e em determinadas áreas exige capacidade de diálogo entre diferentes corporações.

O CDS, herdeiro da democracia cristã e promovendo o princípio da mútua colaboração em oposição a visões dialécticas e conflituosas marxistas, pode e deve ser pioneiro nesta matéria.

Elencamos algumas áreas em que entendemos que esse caminho deve ser encetado:

- i) **Orçamento base zero e orçamentos plurianuais** que permitam um maior controlo e monitorização sobre a despesa;
- ii) **Reforma do sistema eleitoral e da organização territorial do Estado incluindo diminuição do número de autarquias e de deputados**, com salvaguarda da proporcionalidade e reforço da aproximação dos eleitores ao sistema;
- iii) **Estabilização do número e orgânica dos ministérios** que permaneça para além dos diferentes governos;
- iv) **Revisão do contrato social em matérias de revogação ou retrospectividade de direitos**;
- v) **Justiça e Educação** – estas áreas continuam de importância capital e as mais potenciadores ou os maiores entraves ao desenvolvimento. As reformas obrigam necessariamente a uma capacidade de concertação entre os diferentes agentes e o poder político.

5. Uma Europa mais forte e solidária

A Europa vive hoje um momento particularmente dramático e corre o risco de comprometer definitivamente a sua capacidade de afirmação no mundo globalizado.

Velha e instalada, com um elevado nível de desenvolvimento, depara-se, porém, com sérias dificuldades em assegurar um crescimento que garanta as fasquias sociais, ambientais e financeiras a que se propôs.

O projecto da moeda única, em particular, foi desenhado para reforçar a coesão e aprofundar o projecto político comunitário. No entanto, hoje é uma evidência que as regras que o estabeleceram favorecem de modo desigual diferentes economias nacionais. Esta tomada de consciência diz-nos que ou o Euro muda, adaptando-se à realidade das economias menos desenvolvidas – o que parece inalcançável –, ou dificilmente poderá sobreviver sem o empenho e o investimento das economias mais desenvolvidas que promovam activamente a convergência económica.

Em poucos anos, assistimos ao ressurgimento de sentimentos anti-europeus e aquilo que pretendia unir corre o sério risco de ser uma ameaça à paz e ao aprofundamento do projecto que todos visamos.

A incerteza sobre o projecto europeu constitui, pois, uma das maiores nuvens que pairam e que comprometem a confiança na economia e no mercado da dívida soberana. No entanto e mais além, é preciso não esquecer que o que está fundamentalmente em causa é a capacidade da afirmação europeia no mundo global e “bipolarizado” na China e EUA.

Com o realismo de quem se insere numa Nação com mais de 900 anos de história e que, portanto, não abdica levemente da sua soberania, Portugal não pode deixar de ter uma posição prudente em relação aos *meios* mas simultaneamente contundente no que respeita ao *fim* de aprofundamento do projecto europeu.

Importa lembrar que a União Europeia nasceu na nossa tradição democrata-cristã com homens de grande visão e humanismo (Monet, Schuman, Adenauer e de Gasperi) que desejaram muito, mas sempre a partir de passos seguros. E que o projecto europeu tem expressão financeira, mas não se resume a isso. O CDS, herdeiro da mundividência que inspirou os pais fundadores da integração europeia, não pode deixar de defender o reforço deste projecto e do método dos pequenos passos que nos trouxe até aqui.

Por isso, importa salvaguardar o que é mais importante - uma defesa eficiente do interesse nacional junto das Instituições Europeias existentes para o efeito - e simultaneamente o nosso esforço e empenho na promoção do interesse geral da União alcançando acordos que, sem deixar ninguém para trás, promovam o



relançamento e a afirmação do espaço cultural e económico da Europa no mundo.

Neste contexto, importa que o CDS se prepare para afirmar uma candidatura autónoma ao Parlamento europeu, que reafirme a sua identidade e posicionamentos próprios e dê força e visibilidade a quem há cinco anos encabeçou bem este desafio eleitoral.

6. Aquilo que só depende de nós

Vivemos tempos que são essencialmente de uma enorme incerteza.

Também o tempo político vive hoje numa invulgar aceleração e a ameaça de instabilidade é permanente.

Esta realidade faz parte hoje do quotidiano internacional: há apenas uns meses considerar o fim do Euro era monopólio de excêntricos, hoje esta possibilidade é assumida em discursos oficiais.

Também no âmbito da coligação do Governo, sobressai um clima de tensão que agrava o risco de instabilidade política. É difícil, porém, de antever que de um acto eleitoral a possibilidade de um Governo estável saísse reforçada.

Neste contexto, muitas dúvidas e incertezas recaem sobre nós e diante delas a nossa responsabilidade histórica determina que nos mantenhamos em estado constante de alerta e com grande disponibilidade e abertura para integrar e reforçar esforços de superação nacional.

Neste sentido, o CDS deve afirmar a sua identidade própria, sem pôr em causa a estabilidade política, pugnar por propostas que reflectam trabalho, competência e outro horizonte de responsabilidade. Num momento extremamente delicado é importante, mais do que nunca, que questões pessoais não se sobreponham ao interesse nacional. E que a pressão mediática e eleitoral não tome primazia sobre o serviço principal a que somos chamados.

O nosso compromisso não se esgota com a era intervencionada, mas, conscientes dos desafios que temos no pós-troika, temos de alcançar um maior empenho para o futuro para além de Julho de 2014.

Seremos capazes? A incerteza é dramática. Corremos o risco de não o conseguir. Corremos o risco de falhar. Corremos o risco de ter de voltar a pedir um segundo programa de resgate. Seria o maior revés da história do CDS e do seu parceiro de coligação, seria um violento revés para o País, seria dramático para todo o sistema político.

A janela de oportunidade é estreita, o caminho difícil e incerto. Até há pouco tempo o relativo consenso político e social, e a adopção pelo Governo do País do programa de ajustamento como seu programa eram tomados como um activo do País, sinalizando uma possibilidade de êxito muito real à semelhança de outros exemplos bem sucedidos.

Muito recentemente, essa percepção mudou: e multiplicam-se internacionalmente (veja-se apenas a título de exemplo o último relatório do FMI) as manifestações de

preocupação com a quebra do consenso político e social. Para tal, também muito contribuem a falta de clareza e o constante reconhecimento de erros por parte dos nossos credores, que se assumem também como importantes causadores de instabilidade e de desmobilização geral.

Seja como for, temos a obrigação patriótica de impedir que a disfunção do sistema político e designadamente da coligação que governa se acrescentem aos factores que nos levariam ao revés monumental que seria ter de voltar a pedir ajuda e adiar indefinidamente a recuperação das condições da normalidade democrática.

Não nos enganemos: não se trata de salvar o CDS do ónus da impopularidade das medidas que estão a ser adoptadas; trata-se de salvar o País e impedir o colapso do sistema político. Onde fica o CDS se tudo o mais falhar?

Quando os Portugueses não sabem em quem confiar, é bom que nós saibamos que podem contar com a nossa coerência, entrega e patriotismo.

Para isso, temos de ser mais exigentes uns com os outros, mais abertos à pluralidade e mais disponíveis para novos contributos que, interna e externamente, nos chegam.

Hoje, mais do que nunca, o CDS não pode sair do seu caminho e o seu caminho só pode ser Portugal.